

CGN BRASIL  
COMERCIALIZADORA DE  
ENERGIA S.A.

**Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2023**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>3</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>5</b>
<b>Demonstrações do resultado</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações do resultado abrangente</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto</b>	<b>9</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>10</b>



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
The Five East Batel  
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel  
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil  
Telefone +55 (41) 3304-2500  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos  
Administradores e Acionistas da  
**CGN Brasil Comercializadora de Energia S.A.**  
Curitiba - PR

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da CGN Brasil Comercializadora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CGN Brasil Comercializadora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 01 de abril de 2024.

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC SP-014428/O-6 F-PR



Almir Eduardo Bertoncelo  
Contador CRC PR-052082/O

## CGN Brasil Comercializadora de Energia S.A.

### Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022		Nota	2023	2022
<b>Ativo</b>				<b>Passivo</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	7	33.706	10.089	Fornecedores	11	10.783	-
Contas a receber de clientes	8	13.788	-	Obrigações sociais e trabalhistas		580	-
Tributos e contribuições a compensar		1	-	Obrigações fiscais		68	5
Contratos futuros de energia	9	7.808	-	Dividendos a pagar	10	286	14
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>55.303</b>	<b>10.089</b>	Contas a pagar à partes relacionadas	10	1.561	-
Tributos e contribuições a compensar		996	-	Imposto de renda e contribuição social a pagar		652	25
Contratos futuros de energia	9	2.342	-	Contratos futuros de energia	9	3.188	-
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>3.338</b>	<b>-</b>	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>17.117</b>	<b>44</b>
				Contratos futuros de energia	9	9.263	-
				Tributos diferidos		1.275	-
				<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>10.538</b>	<b>-</b>
				Capital social		30.000	10.000
				Reserva legal		65	3
				Reserva de lucros		920	43
				<b>Total do patrimônio líquido</b>	12	<b>30.985</b>	<b>10.046</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>58.641</b>	<b>10.089</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>58.641</b>	<b>10.089</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# CGN Brasil Comercializadora de Energia S.A.

## Demonstrações do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e período de 26 de outubro à 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais)

		2023	2022
Receita líquida de venda de energia	13	65.264	-
Custo do serviço de energia	14	(61.718)	-
Resultado contratos futuros de energia	9	<u>(2.300)</u>	<u>-</u>
<b>Lucro operacional bruto</b>		<b><u>1.245</u></b>	<b><u>-</u></b>
Despesas gerais e administrativas	14	(2.557)	(8)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	14	<u>2.386</u>	<u>(5)</u>
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos</b>		<b>1.074</b>	<b>(12)</b>
Receitas financeiras	15	2.454	97
Despesas financeiras	15	<u>(58)</u>	<u>-</u>
<b>Resultado financeiro líquido</b>		<b>2.395</b>	<b>97</b>
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>3.469</b>	<b>85</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	16	<u>(2.237)</u>	<u>(25)</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b><u>1.232</u></b>	<b><u>60</u></b>
Resultado por ação ordinária - básico e diluído (em reais)		0,0411	0,0020

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## CGN Brasil Comercializadora de Energia S.A.

### Demonstrações do resultado abrangente

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e período de 26 de outubro à 31 de dezembro de 2022

*(Em milhares de Reais)*

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	1.232	60
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>1.232</u></u>	<u><u>60</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



# CGN Brasil Comercializadora de Energia S.A.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e período de 26 de outubro à 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais)

		Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Integralização de capital	12.a	10.000	-	-	-	10.000
Lucro líquido do exercício		-	-	-	60	60
Constituição da reserva legal	12.b	-	3	-	(3)	-
Dividendos mínimo obrigatório	12.c	-	-	-	(14)	(14)
Reserva de lucros	12.c	-	-	43	(43)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>		<b>10.000</b>	<b>3</b>	<b>43</b>	<b>-</b>	<b>10.046</b>
Integralização de capital	12.a	20.000	-	-	-	20.000
Lucro líquido do exercício		-	-	-	1.232	1.232
Constituição da reserva legal	12.b	-	62	-	(62)	-
Dividendos mínimo obrigatório	12.c	-	-	-	(293)	(293)
Reserva de lucros	12.c	-	-	878	(878)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>30.000</b>	<b>65</b>	<b>920</b>	<b>-</b>	<b>30.985</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## CGN Brasil Comercializadora de Energia S.A.

### Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e período de 26 de outubro à 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>1.232</b>	<b>60</b>
<b>Ajustes para:</b>			
Imposto de renda e contribuição social correntes	16	2.237	25
Contratos futuros de energia	9	2.300	-
		<u>5.770</u>	<u>85</u>
<b>Variações em:</b>			
Contas a receber de clientes	8	(13.788)	-
Tributos e contribuições a compensar		(997)	-
Partes relacionadas		1.561	-
Fornecedores	11	10.783	-
Obrigações sociais e trabalhistas		580	-
Obrigações fiscais		(118)	5
Tributos diferidos		1.275	-
		<u>5.067</u>	<u>89</u>
<b>Caixa proveniente das atividades operacionais</b>		<b>5.067</b>	<b>89</b>
Impostos pagos sobre o lucro		(1.429)	(377)
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais</b>		<b>3.638</b>	<b>(287)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento:</b>			
Dividendos pagos		(21)	-
Integralização de capital	12	20.000	10.000
		<u>19.979</u>	<u>10.000</u>
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento</b>		<b>19.979</b>	<b>10.000</b>
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>23.617</b>	<b>10.089</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>		<b>10.089</b>	<b>-</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício</b>		<b>33.706</b>	<b>10.089</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

### 1 Contexto operacional

A CGN Brasil Comercializadora de Energia S.A. (“CGNBC” ou “Companhia”), com sede na Avenida Cândido de Abreu 70, em Curitiba-PR, é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 26 de outubro de 2022, e tem como objeto social a (i) compra e venda de energia elétrica convencional e incentivada, (ii) importação de energia elétrica, (iii) comercialização de créditos de carbono, (iv) prestação de serviços de consultoria e assessoria técnica relacionados à comercialização de energia elétrica, (v) prestação de serviço de intermediação entre compradores e vendedores de energia elétrica, (vi) representação de agentes de mercado junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”) para os processos de adesão, modelagem, registro de medição; (vii) e realização de leilões de compra para consumidores finais e leilões de venda para geradores e comercializadores de energia elétrica.

A Companhia foi constituída em outubro de 2022, no entanto somente iniciou as operações comerciais (compra e venda de energia) em maio de 2023.

### 2 Base de preparação

#### Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas na nota explicativa 6.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 01 de abril de 2024. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

### 3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### 4 Uso de estimativas críticas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, pois, os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas.

As estimativas e as premissas utilizadas pela Administração da Companhia representam as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis e são reconhecidas prospectivamente. As estimativas são ainda, continuamente avaliadas, considerando a experiência histórica da Companhia e outros fatores, quando aplicável.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações e as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício social, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 09** – Contratos futuros de energia;
- **Nota explicativa 19** - Compromissos contratuais.

## **5 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo.

## **6 Resumo das políticas contábeis materiais**

A Companhia aplicou às políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, exceto nos casos indicados em contrário.

A Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26) foi adotada a partir de 1º de janeiro de 2023, as alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações não resultaram em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si. A seguir apresentaremos um resumo das políticas contábeis materiais.

### **a. Reconhecimento da receita contrato com o cliente**

A receita de vendas advinda do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de vendas é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a Companhia cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita proveniente da venda da comercialização de energia é registrada com base na energia comercializada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A receita líquida inclui basicamente a receita bruta de geração de energia e as deduções com PIS e COFINS.

**b. Receitas financeiras**

As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras.

**c. Impostos**

**(i) Impostos e contribuições sobre as receitas**

As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e COFINS, pelas alíquotas vigentes de 1,65% e 7,6% respectivamente. Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de vendas de energia elétrica.

**(ii) Impostos e contribuições sobre o lucro**

Em 2023 e 2022, o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

**(iii) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente**

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

**(iv) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido**

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido,

serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

**d. Benefícios a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

**e. Capital social**

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos de transação diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos.

**f. Instrumentos financeiros**

***Reconhecimento e mensuração inicial***

O contas a receber de clientes, partes relacionadas e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescidos, para um item não mensurado ao VJR (Valor Justo através do Resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

***Classificação e mensuração subsequente***

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (Valor Justo através do Resultado Abrangente) - instrumento de dívida; ao VJORA (Valor Justo através do Resultado Abrangente) - instrumento patrimonial; ou ao VJR (Valor Justo através do Resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

#### ***Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas***

**Ativos financeiros a VJR** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

**Ativos financeiros a custo amortizado** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

**Instrumentos de dívida e patrimoniais a VJORA** A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

#### ***Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas***

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR.

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo, e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também são reconhecidos no resultado.

#### ***Desreconhecimento***

- **Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma

transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

- **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

### **Compensação**

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### **g. Instrumentos financeiros derivativos - marcação a mercado**

A Companhia centraliza as transações de compra e venda de energia para atender seu o objetivo principal que é comercialização de energia elétrica no Mercado Livre de Energia. Tais operações de compra e venda de energia são transacionadas em mercado ativo e atendem a definição de instrumentos financeiros, devido ao fato de que são liquidadas em energia, e prontamente conversíveis em dinheiro. Tais contratos são contabilizados como derivativos segundo o CPC 48 e são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia pelo valor justo, na data em que o derivativo é celebrado, e é reavaliado a valor justo na data do balanço.

O valor justo desses derivativos é estimado com base, em parte, nas cotações de preços publicadas em mercados ativos, na medida em que tais dados observáveis de mercado existam e, em parte, pelo uso de técnicas de avaliação, que considera: (i) preços estabelecidos nas operações de compra e venda, (ii) margem de risco no fornecimento e (iii) preço de mercado projetado no período de disponibilidade. Sempre que o valor justo no reconhecimento inicial para esses contratos difere do preço da transação, um ganho de valor justo ou perda de valor justo é reconhecido no resultado do exercício.

### **h. Mudança nas políticas contábeis materiais**

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26 e CPC 40);
- Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06);
- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02).



## 7 Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Caixa e bancos	10	2
Aplicações financeiras (i)	<u>33.696</u>	<u>10.087</u>
	<u><b>33.706</b></u>	<u><b>10.089</b></u>

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação em caixa.

- (i) Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos de aplicações financeiras referem-se a disponibilidades em conta aplicação no Banco Santander, em moeda nacional, indexada pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, com resgate imediato sem prejuízo da remuneração auferida até a data. A taxa média de remuneração da aplicação no Banco Santander foi de 95% do CDI no período.

## 8 Contas a receber de clientes

	2023	2022
Contas a receber	<u>13.788</u>	<u>-</u>
	<u><b>13.788</b></u>	<u><b>-</b></u>

O contas a receber decorre do fornecimento de energia relativo ao mês de dezembro de 2023 e com vencimento em janeiro de 2024.

Não existem valores de contas a receber de clientes vencidos em 31 de dezembro de 2023. Adicionalmente, não há expectativa de perdas com o montante de contas a receber de clientes da Companhia, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para perdas de crédito esperadas.

## 9 Contratos futuros de energia

A Companhia opera no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”) e firmou contratos de compra e venda de energia bilateralmente com as contrapartes. Estas transações resultaram em ganho ou perda para a Companhia, que foi reconhecido pelo seu valor justo, segregando ganhos no ativo, e perdas no passivo.

	<u>2023</u>		<u>2022</u>	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
<b>Comercialização de energia</b>				
Marcação a mercado dos contratos - Circulante	7.808	(3.188)	-	-
Marcação a mercado dos contratos - Não Circulante	<u>2.342</u>	<u>(9.263)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total de ganhos (perdas)	10.150	(12.451)	-	-
<b>Valor justo de marcação a mercado dos instrumentos financeiros – Resultado líquido</b>		<u><b>(2.300)</b></u>		<u><b>-</b></u>

## 10 Partes relacionadas

A Companhia possui operações entre as empresas do mesmo grupo econômico relativas a rateio de folha de pagamento, nota de débito de despesas comuns entre as empresas e gestão de recursos financeiros.

	2023	2022
<b>Passivo circulante</b>		
CGN Brasil Energia e Participações S.A. (a)	1.561	-
CGN Brasil Energia e Participações S.A. (b)	286	-
	<b>1.847</b>	<b>-</b>

- (a) Os saldos de contas a pagar à partes relacionadas de curto prazo referem-se ao rateio de folha de pagamento e nota de débito de despesas comuns entre as empresas e a controladora direta.
- (b) Os saldos de partes relacionadas referem-se aos dividendos a pagar.

As transações entre partes relacionadas, são realizados de acordo com os termos e condições acordados entre as partes, conforme gestão de caixa do grupo não existindo prazos definidos preestabelecidos. As contas a pagar não têm garantias e não estão sujeitas a juros.

Essas operações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes efetuadas com terceiros.

### **Remuneração do pessoal chave da Administração**

Durante os anos de 2023 e 2022 não houve remuneração paga ao pessoal-chave da Administração, a remuneração ocorre de forma centralizada efetuado pelas Holdings CGNBE – CGN Brasil Energia e Participações S.A., e CGNEI – China General Nuclear Energy International Holdings Co., Limited.

## 11 Fornecedores

Os saldos referem se a provisão de compras de energia nos quais o mês de suprimento é dezembro de 2023 e as notas fiscais as quais serão faturadas/ emitidas em janeiro de 2024.

	2023	2022
Fornecedores nacionais	10.783	-
	<b>10.783</b>	<b>-</b>

## 12 Patrimônio líquido

### a. Capital social

O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de R\$ 30.000 dividido em 30.000.000 (trinta milhões) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas conforme abaixo:

<b>Acionista</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
CGN Brasil Energia e Participações S.A.	30.000	10.000
Subscrição de capital		30.000
Capital a integralizar		<u>(20.000)</u>
<b>Capital social em 31 de dezembro de 2022</b>		<b><u>10.000</u></b>
Capital integralizado		20.000
<b>Capital social em 31 de dezembro de 2023</b>		<b><u>30.000</u></b>

### **Controladora e controlador final**

O controlador final no Brasil é a CGN Brasil Energia e Participações S.A. (“Grupo CGN Brasil”) que detém 100% das quotas do capital social.

#### **b. Reserva legal**

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido, após a compensação de prejuízos que eventualmente venham a ser apurados anteriormente, e limitada a 20% do capital social.

	<b>2022</b>	<b>2022</b>
Lucro líquido do exercício	<u>1.232</u>	<u>60</u>
Constituição de reserva legal - 5%	62	3

#### **c. Dividendos**

Os acionistas terão direito aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% calculados sobre o lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Lucro líquido do exercício	1.232	60
Constituição de reserva legal - 5%	<u>(62)</u>	<u>(3)</u>
	<b><u>1.170</u></b>	<b><u>57</u></b>
Dividendo mínimo obrigatório – 25%	<u>(293)</u>	<u>(14)</u>
<b>Lucros retidos</b>	<b><u>878</u></b>	<b><u>43</u></b>

#### **d. Reserva de lucros**

A reserva de retenção de lucros é o montante do lucro apurado no exercício, deduzidos os dividendos mínimos obrigatórios e a reserva legal apurada.

#### **e. Lucro básico e diluído**

Não há diluição de ações ordinárias para o cálculo de lucro diluído. O cálculo do lucro básico por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias.

### 13 Receita líquida de venda de energia

	2023	2022
Receita bruta de venda de energia	72.171	-
(-) PIS / COFINS	(6.907)	-
	<u>65.264</u>	<u>-</u>

### 14 Gastos por natureza

	2023	2022
Custo do serviço de energia	(61.718)	(8)
Despesas gerais e administrativas	(2.557)	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	2.386	-
	<u>(61.889)</u>	<u>(8)</u>
Encargos de transmissão e conexão	(12)	(8)
Compra de energia	(61.706)	-
Liquidação financeira negativa - CCEE	(1)	-
Despesa com pessoal	(2.424)	-
Serviços de terceiros	(93)	-
Despesas administrativas	(2)	-
Outros	2.347	-
	<u>(61.889)</u>	<u>(8)</u>

### 15 Resultado financeiro líquido

	2023	2022
Despesas bancárias	(2)	-
Juros e multas de mora	(56)	-
<b>Total das despesas financeiras</b>	<u>(58)</u>	<u>-</u>
Receita de aplicação financeira	2.454	97
<b>Total das receitas financeiras</b>	<u>2.454</u>	<u>97</u>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<u>2.395</u>	<u>97</u>

### 16 Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada como segue:

## Regime de tributação pelo lucro real

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Resultado antes do IRPJ e CSLL (*)	3.469	85
(+) Adições	3.166	-
(-) Exclusões	-	-
Compensação de prejuízo fiscal anos anteriores limitado a 30%	-	-
<b>Base de cálculo IRPJ e CSLL</b>	<b>6.635</b>	<b>85</b>
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%)	1.596	20
Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R\$ 240 no período de 12 meses	641	5
<b>Imposto de renda e contribuição social correntes</b>	<b>2.237</b>	<b>25</b>
<i>Taxa efetiva</i>	<i>33,72%</i>	<i>29,27%</i>

(\*) A diferença na base de cálculo para apuração do imposto calculada sobre a receita com venda de energia, refere-se ao saldo das provisões de receita registradas dentro de suas devidas competências.

## 17 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento do risco e previsão de fluxo de caixa futuros.

### a. Classificação contábil e valores justos de instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil na rubrica de caixa e bancos, contas a receber de clientes, partes relacionadas e fornecedores.

	<b>Consolidado</b>					
	<b>2023</b>			<b>2022</b>		
	<b>Valor contábil</b>	<b>Valor justo</b>		<b>Valor contábil</b>	<b>Valor justo</b>	
<b>Custo amortizado (*)</b>	<b>Nível 2</b>	<b>Nível 3</b>	<b>Custo amortizado (*)</b>	<b>Nível 2</b>	<b>Nível 3</b>	
<b>Ativos financeiros</b>						
<b>Circulante</b>						
Caixa e bancos	10	-	-	2	-	-
Aplicações financeiras	-	33.696	-	-	10.087	-
Contas a receber de clientes	13.788	-	-	-	-	-
Contratos futuros de energia (**)	-	-	7.808	-	-	-
<b>Não circulante</b>						
Contratos futuros de energia (**)	-	-	2.342	-	-	-
<b>Passivos financeiros</b>						
<b>Circulante</b>						
Fornecedores	10.783	-	-	-	-	-
Partes relacionadas (nota 10)	1.847	-	-	14	-	-
Contratos futuros de energia (**)	-	-	3.188	-	-	-
<b>Não circulante</b>						
Contratos futuros de energia (**)	-	-	9.263	-	-	-

(\*) O valor contábil dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado representa substancialmente seu valor justo.

(\*\*) Valor justo por meio do resultado.

- **Caixa e bancos:** são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.
- **Aplicações financeiras:** elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado ativo: Preço cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem mercado ativo: Técnica de avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o

preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

- **Nível 3. Sem mercado ativo:** Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis).

### *Técnicas de avaliação e inputs significativos não observáveis*

A tabela abaixo apresenta as técnicas de valorização utilizadas na mensuração dos valores justos de Nível 3 para instrumentos financeiros nas demonstrações financeiras, assim como os inputs não observáveis significativos utilizados.

<b>Tipo</b>	<b>Técnica de avaliação</b>	<b>Inputs significativos não observáveis</b>	<b>Relacionamento entre os inputs significativos não observáveis e mensuração do valor justo</b>
Contratos de compra e venda de energia	Fluxos de caixa descontados: O modelo de avaliação considera a diferença entre o valor dos preços dos contratos futuros de energia e o valor presente dos pagamentos futuros esperados, descontado por uma taxa ajustada ao risco.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fluxo de caixa esperado de compras e vendas conforme nota 19.</li> <li>• Preços futuros de contratos de compra e venda de energia; e</li> <li>• Taxa média de desconto ajustada ao risco.</li> </ul>	<p>O valor justo estimado poderia aumentar (diminuir) se:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O fluxo de caixa esperado fosse maior (menor);</li> <li>• Os preços futuros dos contratos de compra e venda de energia fossem maiores (menores); ou,</li> <li>• A taxa de desconto ajustada ao risco fosse menor (maior).</li> </ul>

## **18 Gerenciamento integrado de riscos**

A Administração é responsável pela definição e monitoramento da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de riscos são estabelecidas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar por meio da definição de limites e controles internos apropriados dos riscos a que estão sujeitas as operações e negócios da Companhia e a aderência aos limites.

A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com o modelo de negócio, com o porte, com a natureza das operações e com a complexidade das atividades e dos processos da Companhia.

### **(i) Risco de crédito**

Risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, ou seja, é o risco de a Companhia

incorrer em perdas financeiras caso uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber de clientes e demais instrumentos financeiros ativos da Companhia.

Para mitigar o risco de crédito, a Companhia efetua o acompanhamento das posições em aberto de recebíveis. No que diz respeito às instituições financeiras, a Companhia realiza operações somente com instituições financeiras avaliadas como de baixo risco.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito da Companhia:

	2023	2022
Aplicações financeiras	33.696	10.087
Contas a receber de clientes	13.788	-
Contratos futuros de energia	10.150	-

**(ii) Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como em cenários de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez da Companhia:

	<u>Valor contábil</u>	
	2023	2022
Fornecedores	10.783	-
Contratos futuros de energia	12.451	-

**(iii) Risco de mercado**

Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia, tais como alterações decorrentes de exposição a taxas de juros, variação cambial, preço de ações, dentre outros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar estas exposições dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos e passivos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.



***Exposição ao risco de taxa de juros***

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar seus recursos em instrumentos financeiros ativos e passivos de baixo risco.

O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado conforme a seguir:

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
<b>Ativo</b>		
Aplicações financeiras	33.696	10.087
Contratos futuros de energia	10.150	-
<b>Passivo</b>		
Contratos futuros de energia	12.451	-

A Companhia efetuou análise de sensibilidade demonstrando os efeitos no resultado da Companhia advindos da variação do CDI e do IPCA, sendo o cenário possível um aumento/redução de 25% para a taxa de juros e o cenário remoto um aumento/redução de 50%.

***Em 31 de dezembro de 2023***

<b>Operação</b>	<b>Valor exposto</b>	<b>Risco</b>	<b>25%</b>	<b>50%</b>
Aplicações financeiras	33.696	Redução do CDI (*)	2.944	1.963
Contratos futuros de energia - Ativo	10.150	Redução do IPCA (**)	297	198
Contratos futuros de energia - Passivo	12.451	Aumento do IPCA (**)	607	728

(\*) Os índices de CDI considerados foram de 11,65% a.a.

(\*\*) Os índices de IPCA considerados foram de 3,90% a.a.

***Em 31 de dezembro de 2022***

<b>Operação</b>	<b>Valor exposto</b>	<b>Risco</b>	<b>25%</b>	<b>50%</b>
Aplicações financeiras	10.087	Redução do CDI (*)	1.033	688

(\*) Os índices de CDI considerados foram de 13,65% a.a.

## 19 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2023 os compromissos por obrigações de compras e vendas (que não figuram nas demonstrações financeiras), são apresentados por maturidade de vencimento, como segue:

	31 de dezembro de 2023			
	Total geral	Até 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Entre 3 a 5 anos
Obrigações de compra	47.806	30.165	17.641	-
Obrigações de venda	150.129	50.756	87.703	11.670

Não havia transações de compra e venda em 2022.

Os compromissos contratuais referidos no quadro acima, refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia.

As obrigações de compra e venda incluem essencialmente responsabilidades relacionadas a contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços no âmbito da atividade operacional da Companhia e resumem as operações a preço fixo.

\* \* \*

Ana Carolina Cabral Molina  
Diretora

Li Li  
Diretor

Pedro Paganni Lopes  
Contador CRC PR – 077115/O-1